

*Balances Bibliográficos*

## Global IR e o debate sobre a internacionalização da Ciência Política e das Relações Internacionais no Brasil

**ID Vinícius Mendes<sup>I</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-7512-8533>

**ID Ariane Figueira<sup>II</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-2900-3040>

DOI: [10.17666/bib9805/2022](https://doi.org/10.17666/bib9805/2022)

Submetido em: 07/07/2022

Reapresentado em: 20/10/2022

Aceito em: 30/01/2023

### Introdução

Há algum tempo, diversos estudiosos têm se debruçado para caracterizar as áreas de Ciência Política (CP) e Relações Internacionais (RI) no Brasil e na América Latina. No Brasil, a disciplina de RI teve um caráter multidisciplinar desde o início, oriunda de disciplinas como História, Ciência Política e Direito (Barasuol; Silva, 2016; Lessa, 2005; Tickner, 2008). O ensino de graduação teve início na década de 1970 na Universidade de Brasília (UnB), mas desde os anos 2000 os cursos de RI expandiram-se, principalmente em universidades privadas (Julião, 2012). A pós-graduação acompanhou essa tendência de expansão, e já existem diversos programas de pós-graduação (PPGs) em RI, localizados em sua maioria nas regiões Sul e Sudeste (Mendes; Figueira, 2019); além desses, há também linhas de pesquisas em RI dentro de PPGs de áreas afins, como a CP.

No que diz respeito à pesquisa, as teorias desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos ainda têm guiado fortemente os estudiosos brasileiros e latino-americanos (Herz, 2005; Medeiros *et al.*, 2016), corroborando o status hegemônico das teorias ocidentais de RI (Acharya; Buzan, 2007). Apesar disso, a teoria da dependência e o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) são considerados pontos importantes para se pensar as RI latino-americanas, dados seus insights sobre “capitalismo global, Estado, desenvolvimento nacional, integração e soberania” (Tickner; Wæever, 2009, p. 33). No entanto, desde a

---

<sup>I</sup>Department of Geography, Planning and Environment, Radboud University - Nijmegen, Netherlands. E-mail: [vinicius.mendes@ru.nl](mailto:vinicius.mendes@ru.nl)

<sup>II</sup>Instituto Coppead de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: [ariane.roder@coppead.ufrj.br](mailto:ariane.roder@coppead.ufrj.br)

Guerra Fria, abordagens derivadas do realismo e da interdependência logo começaram a se fundir com (e geralmente substituir) o discurso da autonomia, levando à criação de um modelo “híbrido” latino-americano. As raízes históricas na ideia de Estado-Nação, a construção de instituições nacionais e a preocupação com a autonomia, particularmente em relação aos Estados Unidos, estimularam o desenvolvimento de perspectivas centradas no Estado, nos estudos internacionais na região (Herz, 2005).

No que concerne à área de CP, esta encontra-se relativamente mais institucionalizada em comparação à de RI. Com mais de seis décadas desde o início do funcionamento do primeiro PPG em CP no país, esta área ocupa a 13ª posição internacional no ranking Scopus, sendo que a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) foi fundada há mais de três décadas, de modo que hoje o Brasil conta com milhares de mestres e doutores neste campo do conhecimento (Avritzer; Milani; Braga, 2016). O campo caracteriza-se por algumas subáreas de maior relevo, dentre elas: estudos legislativos, teoria política, políticas públicas, processos decisórios, federalismo e descentralização, opinião pública, política externa e, mais recentemente, gênero e política (Avritzer; Milani; Braga, 2016). Um reflexo da maturidade institucional é o crescente processo de internacionalização, que poderia estar associado a uma maior sofisticação e diversificação metodológica na área, com aumento percentual relativo no número de disciplinas de métodos ofertadas, o que, conseqüentemente, elevaria a qualidade da produção científica da área (Barberia; Godoy; Barboza, 2014). Assim, a sofisticação metodológica (incluindo métodos participativos, reflexivos e de análise e interpretação crítica de discursos) seria essencial ao progresso, validação e melhor sistematização do conhecimento nos campos da CP e das RI. Outros pontuaram que os três maiores desafios da CP no Brasil seriam a expansão da pós-graduação, a consolidação do ensino de métodos de pesquisa (particularmente quantitativos) e a superação do paroquialismo, ou seja, teorias e análises apenas centradas no Brasil. Isso seria superado, por exemplo, com a ajuda do aumento de cursos de política comparada (Amorim Neto; Santos, 2005).

A despeito do processo de institucionalização das áreas de CP e RI; e expressivo crescimento da pós-graduação nas últimas décadas, o nível de internacionalização desses PPGs permanece pouco explorado pela literatura especializada. Já foi pontuado que os processos de internacionalização universitária são relativamente distintos no Brasil e na Argentina (Perrotta; Sharpe, 2020). Outros trabalhos apontaram que as docentes mulheres em CP no Brasil estão sub-representadas em relação aos homens no que tange à formação acadêmica no exterior e à publicação de artigos em periódicos estrangeiros (Rocha-Carpiuc; Madeira, 2019). Foi diagnosticado que historicamente há baixa visibilidade internacional da produção dos cientistas políticos brasileiros, a despeito de a publicação em periódicos estrangeiros apresentar aumento expressivo entre 2010 e 2014 (Madeira, 2016). Em relação à área de RI, não há pesquisas que detalhem a internacionalização dos PPGs, apesar do reconhecimento de que a internacionalização da educação superior é tema de interesse para a política externa brasileira (Oliveira, 2015).

Nesse sentido, este trabalho visa auxiliar no preenchimento dessa lacuna teórico-empírica, buscando avaliar a internacionalização da produção científica docente dos PPGs notas 5, 6 e 7 dentro da área de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) denominada

“Ciência Política e Relações Internacionais”, ao longo da última década, ou seja, de 2011 a 2020. Para isso, o estudo concentrou-se em avaliar dois indicadores: (a) *Colaborações internacionais*, que contabiliza o número e percentual de publicações produzidas em coautoria internacional, e (b) *Percentagem de internacionalização*, baseado na identificação dos principais países e percentuais de colaborações estrangeiras. Isso é feito por meio de um recorte interpretativo à luz da literatura de *Global International Relations* (Global IR). Assim, interpretamos esses dados por intermédio de dois eixos. Primeiro, verificamos se o aumento progressivo da internacionalização aumentaria as colaborações científicas do Brasil com outros países do Sul. Segundo, analisamos se os preceitos da Global IR (a ideia de trazer mais visibilidade internacional para os conhecimentos produzidos nos países do Sul) vêm sendo impulsionados pela internacionalização dos PPGs, com foco no caso brasileiro nas áreas de CP e RI. Nossos resultados desafiam essa compreensão, ou seja, verificamos que, a despeito da prática de internacionalização dos PPGs ser progressivamente estimulada pela Capes, os parceiros internacionais permaneceram em sua maioria sendo países do Norte global, particularmente Europa e Estados Unidos.

O artigo apresenta quatro seções, além desta introdução. Na próxima é feita uma análise bibliográfica sobre a internacionalização da pós-graduação no Brasil, e as contribuições da literatura de Global IR para traçar os contornos teóricos desse debate. Em seguida, apresentamos e justificamos os métodos de pesquisa. As demais seções exploram e discutem os resultados do estudo, seguido da conclusão do trabalho.

## Revisão da literatura

### A internacionalização da pós-graduação no Brasil: histórico e perspectivas recentes

Com o processo de globalização que vigora no sistema internacional desde o pós-Guerra Fria, novas dinâmicas passaram a caracterizar o *modus operandi* da ciência, tecnologia e circulação do conhecimento, afetando tanto países ricos quanto potências emergentes. Um dos aspectos dessa mudança é a internacionalização do ensino superior, motivada por uma miríade de fatores. Segundo a lógica da universidade como componente do sistema produtivo, a internacionalização faria parte de sua missão intrínseca, isto é, uma “cooperação internacional horizontal” (Paiva; Brito, 2019, p. 494). Isso se daria em diversas frentes: “eliminação de barreiras para incrementar o movimento dos serviços educativos, facilitar o estabelecimento de filiais de universidades estrangeiras, [...] vender franquias acadêmicas, criar universidades virtuais e corporativas” (Paiva; Brito, 2019, p. 494). A mobilidade internacional seria um mecanismo para formação de redes e estabelecimento de colaborações internacionais em pesquisa (Ramos, 2018), práticas crescentemente monitoradas e entendidas como sinônimo de qualidade científica, por exemplo, por meio de rankings como da Times Higher Education (THE) e o QS World University Rankings (Finardi; Guimarães, 2017). Tal processo de “anglo-saxonização das universidades” (Marrara, 2007) segue a lógica pendular de competição/cooperação interestatal, de modo que as políticas nacionais de educação superior passam a ser fortemente regidas por uma “agenda globalmente estruturada”, na qual o processo de internacionalização deixa de ser uma opção e passa a ser obrigatoriedade (Carvalho; Real, 2020).

Com efeito, no Brasil, para além dos PPGs notas 6 e 7, a internacionalização passou a ser um indicador avaliativo mandatário a todos os PPGs a partir da quadrienal da Capes 2017-2020, sendo recomendados, por meio do Grupo de Trabalho de Internacionalização, metas e indicadores associados às seguintes dimensões da internacionalização: pesquisa, produção intelectual, mobilidade, condição acadêmica e condições institucionais<sup>1</sup>

A internacionalização da pós-graduação no Brasil evoluiu segundo algumas etapas que promoveram a sua gradual institucionalização. Entre 1980 e 1990, a internacionalização foi considerada pelo governo federal como triplamente estratégica: para consolidação do sistema de educação superior; para promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), a fim de incrementar o desenvolvimento econômico; e para capacitação dos profissionais que liderariam esse desenvolvimento. A partir de 1990, o governo muda os critérios de avaliação da pós-graduação, atribuindo grande peso aos acordos de cooperação científica internacional, que passam a caracterizar os programas notas 6 e 7. A partir de 2000, vários sistemas nacionais de pós-graduação ao redor do mundo sofreram cortes de recursos do Estado, contribuindo para a proliferação de práticas de mercado e a comercialização de serviços educacionais. Em 2011, o governo brasileiro lança o programa “Ciência sem Fronteiras”, a fim de consolidar, expandir e internacionalizar o sistema de ensino superior e pós-graduação no país (Nery, 2018; Westphal, 2013). A Capes, que dirige o processo avaliativo desses programas, foi sem dúvida o principal indutor da internacionalização (Paiva; Brito, 2019), apesar do apoio institucional de outros órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e algumas agências estaduais de amparo à pesquisa (Marrara, 2007). Além disso, em termos normativos, o VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019) dedicam capítulos exclusivamente à internacionalização que, efetivamente, ocorreria em três eixos: envio de pesquisadores ao exterior, atração de pesquisadores e professores estrangeiros e aumento das publicações em coautoria com autores de instituições de educação superior (IESs) estrangeiras (Silva Júnior; Kato, 2016). A mobilidade acadêmica para o exterior foi compreendida como principal mecanismo de internacionalização e, recentemente, instrumentos para a atração de pesquisadores estrangeiros têm sido criados (Ramos, 2018).

Existiriam, assim, duas formas de internacionalização: passiva, “movimento que parte da IES nacional em direção a instituições receptoras estrangeiras”, e ativa, quando a IES investe em sua “transformação em um centro de atração de estudantes, pesquisadores e docentes estrangeiros” (Marrara, 2007, p. 258). Mais recentemente, a Capes lançou o Programa de Internacionalização (Capes PrInt) com o objetivo de integrar as linhas de incentivo à internacionalização direcionadas à pós-graduação, priorizando o desenvolvimento de temáticas consideradas estratégicas para o governo e visando estimular a formação de redes internacionais de pesquisa, aprimorar a qualidade da produção acadêmica e promover a mobilidade *in* e *out* por meio de bolsas de estudo e missões científicas. O propósito é estimular a internacionalização por meio da cooperação

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre o documento, ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>

institucional, fomentando parcerias mais sólidas e de longo prazo, conforme preconizado no programa Capes PrInt<sup>2</sup>.

Nesse contexto, dada a maior abertura e incentivo institucional, alguns debates recentes têm permeado a internacionalização dos PPGs brasileiros. A prática contribuiria para o fomento à cooperação internacional e melhoria da qualidade do ensino e pesquisa do país. Haveria, entretanto, tensões ao longo desse processo. Em primeiro lugar, as diferentes concepções sobre a educação superior, se como bem público ou como serviço, canalizariam a mobilidade internacional por diferentes trajetórias. Na dimensão internacional, Estados desenvolvidos na Europa e América do Norte seriam centros mais atrativos do ponto de vista da Capes e de boa parte da comunidade científica brasileira, representando desafios à mobilidade Sul-Sul. No interior dos países, a tensão se daria entre os potenciais responsáveis pelas políticas e programas de internacionalização, ou seja, o governo ou as próprias IESs. Estudos recentes apontaram que as IESs brasileiras teriam baixa proatividade no processo de internacionalização, ao passo que se relega às agências de fomento federais e estaduais a definição de estratégias e objetivos institucionais mais abrangentes. No entanto, quando tais políticas não são aderentes às distintas realidades institucionais, dificultam ao invés de promoverem internacionalização (Morosini; Nascimento, 2017; Paiva; Brito, 2019). Apontou-se, ainda, que é muito mais difícil internacionalizar a função ensino que a função pesquisa (Morosini; Nascimento, 2017), e que o uso crescente de métricas científicas padronizadas pode ser problemático, pois rankings internacionais não são capazes de capturar a complexa realidade do Brasil (Finardi; Guimarães, 2017). Além disso, programas de internacionalização pressupõem investimentos em bolsas de estudos e auxílios financeiros tanto para estágios de pesquisa quanto para participação em conferências internacionais. Entretanto, até recentemente, no Brasil, esses recursos foram atribuídos em grande medida aos PPGs notas 6 e 7, componentes do Programa de Excelência Acadêmica (Proex), deixando a vasta maioria dos PPGs em descoberto (Silva Júnior; Kato, 2016; Marrara, 2007).

Trabalhos mais recentes têm apontado alguns padrões, métricas e tendências ao longo desse processo de internacionalização (McManus; Neves; Maranhão, 2020; McManus *et al.*, 2020; Morosini, 2011; Santin; Vanz; Stumpf, 2016). McManus, Neves e Maranhão (2020) analisaram o perfil das publicações internacionais de autores brasileiros, com base em dados do InCites (Web of Science), observando que:

Os Estados Unidos são o principal país escolhido para a publicação em periódicos, seguido pelo Brasil, Inglaterra e Holanda. [...] Os padrões de publicação são diferentes dependendo da área do conhecimento e da região brasileira. Estagnação ou redução nas publicações com colaboração internacional, colaboração com a indústria ou em periódicos de acesso aberto de alto impacto reduzem o impacto das citações. (McManus; Neves; Maranhão, 2020, p. 1)

Essa literatura aponta que, efetivamente, colaborações internacionais aumentam o impacto em termos de citações e, contrário ao senso comum, cientistas

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre o Capes PrInt, consultar a página: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>.

brasileiros têm média de colaborações internacionais acima da média mundial (McManus *et al.*, 2020). Outros apontaram que no Brasil predominaria um modelo de Cooperação Internacional Tradicional (CIT), pautado pela competitividade e ocupação de espaço no mercado globalizado. Por outro lado, haveria tendência recente, embora em menor medida, a partir de 2003, de um modelo de Cooperação Internacional Horizontal (CIH), este baseado em consciência internacional e no fortalecimento da capacidade científica endógena (Morosini, 2011). Há, ainda, trabalhos que propõem indicadores para a avaliação da internacionalização da ciência brasileira, por exemplo, por intermédio dos eixos: difusão (uso do inglês, coautorias internacionais, indexação em bases de dados reconhecidas), colaboração (parceria com coautores de renome) e impacto internacional (relevância social e econômica das pesquisas, publicação em periódicos de alto impacto) (Santin; Vanz; Stumpf, 2016).

Consideramos que esse debate de âmbito mais geral sobre a internacionalização da pós-graduação e da Ciência no Brasil conecta-se diretamente com um debate interno às áreas de CP e RI, qual seja, a literatura crítica em torno do quão subvalorizadas e pouco (re)conhecidas internacionalmente encontram-se as teorias autóctones geradas em países do chamado Sul global. Nesse âmbito, a literatura de Global IR fornece subsídios para avaliarmos os principais argumentos em torno dessa crítica, bem como a sua repercussão no Brasil.

### ***Global International Relations: o debate internacional e a repercussão na literatura brasileira de CP e RI***

Em 2007, Amitav Acharya e Barry Buzan publicaram um artigo que se tornaria emblemático nos estudos teóricos críticos em RI. Resultado de amplo projeto de pesquisa, o artigo ensaiava respostas para a questão: por que não existem teorias não ocidentais de RI? Dentre as explicações, destaca-se a crença de que as teorias ocidentais teriam encontrado as “regras universais” que regem as RI, desencorajando, assim, formulações de outras partes do mundo. Ademais, condições locais específicas nos países do Sul global, como falta de recursos, idiomas pouco conhecidos e longos períodos para desenvolvimento de escritos teóricos, teriam culminado na “natureza escondida” de suas teorias (Acharya; Buzan, 2007). À mesma época, Arlene Tickner e Ole Wæver publicaram *International Relations Scholarship Around the World* (Tickner; Wæver, 2009), os quais observaram que, ao longo das décadas, estudos de vários contextos no “terceiro mundo” vêm apontando que conceitos centrais na teoria ocidental de RI (por exemplo, Estado, poder, soberania, segurança) não necessariamente são aderentes à realidade e aos problemas específicos daqueles países. A obra retrata, então, por meio de estudos de casos, como as RI estão configuradas em 16 países e regiões (América Latina, África do Sul, África, Japão, Coreia e Taiwan, China, Sudeste Asiático, Sul Asiático, Irã, Países Árabes, Israel, Turquia, Rússia, Europa Central e Oriental, Europa Ocidental, América do Norte). Centralmente, buscava-se responder: como as RI são estudadas em cada país/região? Quais campos, trabalhos, temáticas e modelos analíticos se sobressaem? Para assegurar análises fidedignas, cada texto foi escrito por um autor que vivia e trabalhava nesses locais.

Mais recentemente, foi publicado o “Global International Relations and Regional Worlds” (Acharya, 2014), trabalho no qual Acharya delineia os contornos da abordagem Global IR. Esta baseia-se em um universalismo pluralista, não “aplicável a todos”, mas reconhecendo e respeitando a diversidade; está fundamentada na história mundial, não apenas na história greco-romana, europeia ou norte-americana;

inclui, em vez de suplantando, teorias e métodos de RI existentes; integra os estudos regionais e estudos de área; transcende o excepcionalismo (por exemplo, o europeu ou o norte-americano); e reconhece múltiplas formas de agência além do poder material, incluindo resistência e ação normativa (Acharya, 2014).

Ao estabelecerem as bases da Global IR, esses trabalhos pioneiros tiveram grande impacto na área, fortalecendo o que Audrey Alejandro (2019) chamou de estudos reflexivos em RI. Ao incorporarem elementos do pós-colonialismo, pós-estruturalismo e estudos subalternos, esses trabalhos geraram debates sobre: responsabilização profissional dos acadêmicos e editores dos principais periódicos, que exerceriam discriminação seletiva (mesmo que inconsciente, em certos casos) com relação a trabalhos de autores do Sul global, ou seja, uma espécie de *gatekeeping* eurocêntrico (Alejandro, 2019; Tickner; Wæever, 2009). Outro debate levantado por esses estudos diz respeito à necessidade de maior atenção às condições políticas, econômicas e materiais desfavoráveis nos países em desenvolvimento (Acharya; Buzan, 2007), que podem gerar uma fragmentação epistemológica ou de status disciplinar, por exemplo, em situações em que a própria concepção da CP e RI estaria relacionada a uma função instrumental de orientar políticas públicas (Acharya; Deciancio; Tussie, 2021). Nesse contexto, periódicos de grande destaque internacional, como a *Review of International Political Economy*, publicaram recentemente algumas políticas que vêm adotando a fim de aumentar seu compromisso com a igualdade, diversidade e inclusão no campo (Bair et al., 2021), dentre elas, auxílio na revisão do inglês e maior tempo para atendimento aos pareceres de revisores no processo de *peer review*.

Nesse ensejo, a Global IR vem sendo analisada por meio de uma série de estudos empíricos, muitos deles com ênfase na América Latina (Acharya; Deciancio; Tussie, 2021; Alejandro, 2019; Deciancio, 2016; Kristensen, 2018, 2019; Tickner, 2003; Villa; Pimenta, 2017). Villa e Pimenta (2017) exploraram os resultados do projeto *Teaching, Research & Internacional Policy* (Trip), de 2014, entre as comunidades acadêmicas de RI da América Latina, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Diagnosticaram que, do total aproximado de 835 pesquisadores de RI investigados, 73% concentravam-se no Brasil e no México, que contêm as maiores comunidades de RI na região. Em todos esses países, abordagens qualitativas e de análises políticas se sobressaem, e, a despeito de uma parcela considerável desses pesquisadores adotarem abordagens positivistas, mais recentemente, um número crescente tem migrado para abordagens alternativas, como as reflexivistas, construtivistas e pós-coloniais (Villa; Pimenta, 2017). Outros trabalhos com esse foco regional diagnosticaram que, no caso do Brasil, o baixo número de pesquisadores trabalhando em RI antes dos anos 1990 justifica a diminuta presença internacional, porém, a partir dos anos 2000, fatores institucionais, ao fomentarem o crescimento da área, teriam acelerado seu processo de internacionalização. Dentre esses fatores, destacam-se: robustez do mercado editorial nacional, critérios usados para avaliação da pesquisa acadêmica e seu peso para o avanço na carreira docente; natureza das políticas públicas científicas, incluindo o quadro jurídico por trás da organização das universidades; o financiamento e a disponibilidade de bolsas para pesquisas no exterior (Alejandro, 2019).

Baseado em pesquisa etnográfica, Kristensen (2019) sugeriu que no Brasil haveria três grandes escolas de RI: (a) a escola da Pontifícia Universidade Católica do

Rio de Janeiro (PUC-Rio), envolvida centralmente em teoria de RI, a partir de suas variedades críticas, pós-positivistas e construtivistas, ao mesmo tempo que critica o mainstream norte-americano e eurocêntrico da área; (b) a escola de Brasília, na UnB, que se posicionaria como forte defensora dos conceitos e abordagens brasileiros para as área, partindo da história política externa em oposição à teorização geral; e (c) a escola de São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), mais interessada em desenvolver uma RI de cunho positivista, próxima da ciência política norte-americana e baseada em modelos teóricos generalizáveis, a fim de “cientificar a RI” (Kristensen, 2019). Na visão do autor, a partir de cada uma dessas distintas perspectivas, cada escola buscaria a internacionalização de maneira particular, com estratégias, periódicos foco para publicação, países de destino e escolas parceiras diferentes no exterior.

A repercussão dessa literatura no Brasil ainda tem sido tímida, apesar de certos trabalhos de maior destaque. Alguns têm utilizado pesquisas bibliométricas para elucidar onde se publica, a diversidade de quem publica, em que países, e o quão internacionalizada se encontra a área, quer seja via amostras globais (Lohaus; Wemheuer-Vogelaar, 2021), da América Latina (Abadía, Milanese, Fernández, 2016; Villa; Pimenta, 2017), da América do Sul (Medeiros *et al.*, 2016) e do Brasil (Barasuol; Silva, 2016). Outros, também via bibliometrias, caracterizaram subáreas, como a Economia Política Internacional (Mendes, 2021; Ramos; Scotelaro, 2018), e recortes temáticos, como a diversidade de gênero na CP e RI (Candido; Campos; Feres, 2021; Mendes; Figueira, 2019). Em outros casos, trabalhos de cunho teórico-ensaístico apontaram elementos institucionais, epistemológicos e sociológicos e dinâmicas como a interdisciplinaridade, evolução histórica e internacionalização da área através do tempo (Herz, 2005; Jatobá; Lessa; Oliveira, 2013; Lessa, 2005). Há, ainda, trabalhos críticos de grande repercussão, por exemplo, aqueles que pensam a originalidade e contribuições teóricas da CP e RI do Brasil/América Latina a partir dos estudos decoloniais (Ballestrin, 2013). Também é possível identificar pesquisas que, de modo mais próximo a este artigo, detalharam como a CP tem se internacionalizado, verificando perfil dos docentes e destino das publicações e viagens de pesquisa ao exterior (Madeira; Marengo, 2016); como o aparato institucional, políticas públicas e perfil de gênero afetam a internacionalização da CP no Brasil e no Uruguai (Rocha-Carpiuc; Madeira, 2019); ou, ainda, como a política externa relaciona-se à internacionalização dos sistemas nacionais de educação superior no Brasil e na Argentina (Perrotta; Sharpe, 2020). Apesar de muitos desses trabalhos não pontuarem de forma direta a literatura de Global IR, todos eles intersectam algum de seus pressupostos básicos, quer seja a busca por compreender em profundidade a origem e características da CP e RI desenvolvidas na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, quer seja o interesse em expandir globalmente nossa ciência, dando maior acesso, visibilidade e reconhecimento à produção científica autóctone.

Um passo importante é considerar de que maneira o aumento da institucionalização, os debates internos às comunidades de CP e RI em torno do delineamento disciplinar dos campos e a forma como ambas as disciplinas vêm se firmando como lócus de produção teórica original vêm se refletindo na internacionalização dessas áreas. Sendo assim, na próxima seção apontamos contribuições da literatura de Global IR para refletirmos sobre a internacionalização desses campos.

## Global IR e a internacionalização da Ciência Política e das Relações Internacionais no Brasil

Conforme a Sociologia das Ciências Sociais, sobretudo a teoria dos paradigmas de Kuhn tanto os processos de organização e conflitos internos na comunidade científica quanto os elementos exteriores relacionados às condições políticas, econômicas, sociais e culturais são premissas que devem ser consideradas no estudo da institucionalização de uma disciplina ou das práticas internas a ela. Esse debate é trazido à tona na literatura de Global IR que surgiu exatamente à luz de um processo de transição da Ciência de um Modelo 1 para um Modelo 2 (Tickner; Wæever, 2009). Conforme esses autores, o Modelo 1 seria caracterizado pelo controle interno de critérios mantidos pelas comunidades acadêmicas, cujo papel dos atores políticos e econômicos estaria isolado dos debates e das práticas científicas. Ao passo que esse modelo estaria em decadência, argumentam Tickner e Wæever (2009), uma vez que, atualmente, predominaria um Modelo 2, no qual:

O poder passa das elites disciplinares para um novo tipo de empreendedor científico, hábil em operar na interseção da academia e da política, relacionando-se com parceiros e financiadores externos. Torna-se cada vez mais difícil conceber a influência de atores externos como algo isolado, apenas intervindo, por assim dizer, antes e depois da própria pesquisa - cada vez mais, o conhecimento produzido na sociedade é negociado entre múltiplos stakeholders. (Tickner; Wæever, 2009, p. 12)

Partindo daí, novos paradigmas de construção disciplinar, como as demandas por aplicabilidade prática, produção científica alinhada aos interesses culturais, políticos e econômicos da sociedade, estariam se refletindo na CP e nas RI, e em seus modelos de internacionalização. A origem da área de CP no Brasil se deu a partir de um esforço de formação de professores e pesquisadores no exterior (Avritzer; Milani; Braga, 2016), com apoio financeiro e institucional de organismos como a Fundação Ford. Paradoxalmente, a internacionalização é um dos principais desafios contemporâneos da área (Madeira; Marengo, 2016). Num dos primeiros esforços para compreender o nível e as dinâmicas de internacionalização dos PPGs CP brasileiros, Madeira e Marengo (2016) analisaram dados da carreira de 233 docentes vinculados a 15 programas (Unicamp, UFMG, USP, UnB, UFSCar, UFPE, UFG, UERJ/IESP, UFPA, UFF, UFPR, Unieuro, UFPI, UFPel), desde o início de suas carreiras (alguns desde 1960) até 2014. Três aspectos se mostraram cruciais: o perfil e a quantidade de docentes com internacionalização, os países de destino e os percentuais de publicações no exterior. Até 2014, mais de 60% desses docentes não tinham nenhuma experiência de mobilidade internacional, ao passo que somente 17% já haviam atuado como professores visitantes no exterior. No que tange aos países de destino, entre 1971 e 2014, os principais destinos para doutorado pleno e sanduíche foram os Estados Unidos (36) e a França (18), enquanto os centros mais expressivos para realização de pós-doutorado foram os Estados Unidos (24) e o Reino Unido (20). Em termos de publicações, foram avaliados os destinos dos 414 artigos internacionais produzidos por esses professores no período citado. Novamente, Estados Unidos (114 artigos, 27,3%), Inglaterra (54 artigos, 12,8%) e França (43 artigos, 10,3%) foram os principais destinos. Porém, Argentina (42 artigos, 10%), México (27 artigos, 6,4%) e Chile (26 artigos, 6,2%) também foram alguns dos principais centros de publicação, revelando que, a despeito de a formação internacional ainda focar países desenvolvidos na Europa e América do Norte, as publicações internacionais também

se direcionam a países da América Latina. Outro dado importante diz respeito à quantidade de artigos publicados no exterior. Dos 233 docentes, 28% tinham entre um e dois artigos internacionais, 11,6% cinco ou mais, e a vasta maioria (48,4%) nunca publicou no exterior (Madeira; Marengo, 2016).

No que tange à RI, estatísticas que detalham e sistematizam a internacionalização são escassas, e os trabalhos que se debruçaram sobre o tema são de cunho majoritariamente teórico. Apesar disso, com base em consultas à base de dados GeoCapes<sup>3</sup>, Coelho, Santos e Vieira (2017) trouxeram alguns dados sobre a formação da comunidade brasileira de RI e CP no exterior. Entre 1998 e 2013, a distribuição de bolsas Capes para pós-graduação no exterior cresceu consideravelmente. Por exemplo, bolsas para a área de RI aumentaram de 8 para 53, incremento de 562% no período. Em CP, as bolsas subiram de 12 para 71, ou seja, aumento de 492%. Em termos percentuais, a área de RI se internacionalizou mais nesse quesito, apesar de o número anual de bolsas para CP sempre ter sido maior que para RI. Em RI, essas bolsas foram alocadas majoritariamente para realização de doutorado pleno (total de 169 bolsas), doutorado sanduíche (58 bolsas) e pós-doutorado (24 bolsas). Em CP, a distribuição foi: doutorado sanduíche (276 bolsas), doutorado pleno (119 bolsas) e pós-doutorado (72 bolsas). Com relação aos destinos, Europa (271 bolsas para CP, 148 bolsas para RI) e América do Norte (225 bolsas para CP, 104 bolsas para RI) foram as regiões prioritárias. No caso das RI, Estados Unidos e Reino Unido foram os principais destinos, ao passo que em CP foram Estados Unidos e França. As principais instituições de destino foram, para RI, a London School of Economics and Political Science (Reino Unido) e a Universidade de Old Dominion (Estados Unidos), e em CP, a University of California in Los Angeles, UCLA (Estados Unidos), e a École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França) (Coelho; Santos; Vieira, 2017).

Assim, os esforços de internacionalização têm sido mais evidentes nas avaliações quadrienais da Capes. “A valorização da produção individual de livros e periódicos internacionais e nacionais [...] e a valorização do esforço de internacionalização atualmente em curso nos programas” (Santos; Fonseca, 2009, p. 370) têm apresentado relevância crescente nessas avaliações, em sintonia com as demandas, já apontadas anteriormente, de internacionalização dos PPGs no Brasil. Os dados evidenciam, portanto, que os principais centros de colaboração continuam sendo Europa e Estados Unidos, apesar de que, em termos regionais, México e Argentina apresentaram uma área de RI tão ou mais desenvolvida que o Brasil (Barasuol; Silva, 2016), podendo, assim, serem lócus de recepção de pesquisadores brasileiros, o que pouco ocorre.

## Método de pesquisa

O artigo visa explorar, a partir da análise da produção científica docente, o quão internacionalizados se encontram os PPGs de CP e RI, sendo o recorte analítico os PPGs com notas 5, 6 e 7, considerados os programas mais internacionalizados segundo a última avaliação quadrienal da Capes (2013-2017). Optamos por analisar esses programas porque, no período de 2013 a 2017, eles tinham

---

<sup>3</sup> Disponível gratuitamente em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.

a internacionalização como exigência mandatória da Capes, de forma que, de partida, sabíamos que encontraríamos movimentos em direção à formação de parcerias e publicações internacionais, apesar de esses esforços variarem de programa para programa. No entanto, apesar de os PPGs 5, 6 e 7 serem considerados os mais internacionalizados, não há ainda, na literatura, uma análise comparativa de tais programas segundo indicadores relevantes de internacionalização, conforme esta pesquisa buscou realizar.

Para tanto, procedemos em duas etapas. Primeiro, construímos uma base de dados contendo todos os docentes destes programas e respectivos ORCID e Scopus-ID. Nessa etapa, foram eliminados da amostra os docentes que não tinham algum desses registros. Segundo, foi utilizada a base de dados SciVal (Elsevier), que apresenta um portfólio de ferramentas de análise de indicadores de produção científica, que, tendo como fonte de dados o Scopus e o Science Direct, permite a realização de análises por instituição, país, região, autor ou grupos de autores, e de análises comparativas. Desse modo, utilizamos nossa base de dados original para extrair duas métricas, abarcadas no escopo do SciVal: (a) *Colaborações internacionais*, que indica o número de publicações produzidas em coautoria internacional; e (b) *Porcentagem de internacionalização*, baseado na contagem do número de países dos autores e coautores selecionados. Para interpretação desses dados empíricos, utilizamos a literatura de Global IR. Inaugurada pelos trabalhos pioneiros de autores como Arlene Tickner e Amitav Acharya, essa literatura crítica fornece subsídios para analisarmos os campos de CP e RI no Brasil no que tange à internacionalização/globalização da produção científica. Visamos compreender, particularmente, a diversificação dessas parcerias internacionais através do tempo, a exemplo de países e universidades que mais colaboram.

A grande área de Humanidades da Capes, quadrienal 2013-2017, estava composta de nove áreas do conhecimento, com os respectivos quantitativos de PPGs partindo da nota 3 (mínimo para funcionamento) até a nota 7 (máximo possível). A Tabela 1 traz um panorama inicial desses programas. Percebe-se que a área de CP e RI é uma das menores, com apenas 27 PPGs ao todo.

TABELA 1 – Os PPGs em Humanidades no Brasil por áreas do conhecimento e notas.

ÁREA	NOTA 3	NOTA 4	NOTA 5	NOTA 6	NOTA 7	TOTAL
Educação	50	75	35	7	2	169
Psicologia	20	34	21	6	3	84
História	21	25	17	4	2	69
Geografia	25	17	14	6	2	64
Sociologia	12	22	9	5	3	51
Filosofia	9	17	12	4	1	43
Ciência Política e Relações Internacionais	9	7	4	5	2	27
Antropologia e Arqueologia	6	7	7	1	2	23
Ciências da Religião e Teologia	8	7	5	1	0	21

Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Sucupira, Avaliação Quadrienal 2013-2017.

Verificamos, na Tabela 2, a área de CP e RI, observando de forma mais detalhada os PPGs CP e RI notas 5, 6 e 7, que constituíram a nossa amostra nesta pesquisa. Estão representados 11 PPGs, contendo 199 docentes (apenas aqueles participantes da pós-graduação), conforme consultado nos sites dos programas entre abril e maio de 2021. Deste total, 157 docentes (79%) tinham Scopus-ID ativo, portanto, nossa pesquisa baseia-se na produção científica, indexada no Scopus, destes pesquisadores. A pesquisa buscou observar os últimos 10 anos (2011-2020) da produção científica desses docentes, possibilitando observar tendências dos PPGs em perspectiva comparada.

TABELA 2 - Amostra de pesquisa: PPGs CP e RI notas 5, 6 e 7.

PPG	IES	NOTA	TOTAL DOCENTES PPG
Ciência Política	UFMG	7	21
Ciência Política	USP	7	29
Ciência Política	Unicamp	6	19
Relações Internacionais	UnB	6	11
Ciência Política	UERJ	6	16
Ciência Política	UnB	6	31
Ciência Política	UFPE	6	17
Relações Internacionais	PUC-Rio	5	15
Relações Internacionais	PUC-MG	5	11
Ciência Política	UFSCar	5	16
Políticas Públicas	UFRGS	5	13

**Fonte:** Elaboração própria com base na Plataforma Sucupira, Avaliação Quadrienal 2013-2017.

A partir da plataforma SciVal<sup>4</sup> é possível identificar a produção científica indexada na base Scopus. Assim, a partir das potencialidades que a ferramenta oferece, optou-se por realizar a análise a partir dos docentes de cada PPG, sendo criados grupos específicos dentro da plataforma para análise comparada nas modalidades *benchmarking* e colaborações internacionais. Dentro do escopo da pesquisa, foram considerados todos os tipos de publicações, sendo elas: artigos, capítulos, editoriais, resenhas, livros, artigos em conferências, cartas e notas. Destaca-se, por fim, que a análise dos dados empíricos recaiu sobre a produção científica docente, ou seja, não retrata todos os indicadores de internacionalização de um PPG, mas traz direcionamentos importantes para avaliar o status da internacionalização da pesquisa na área de CP e RI.

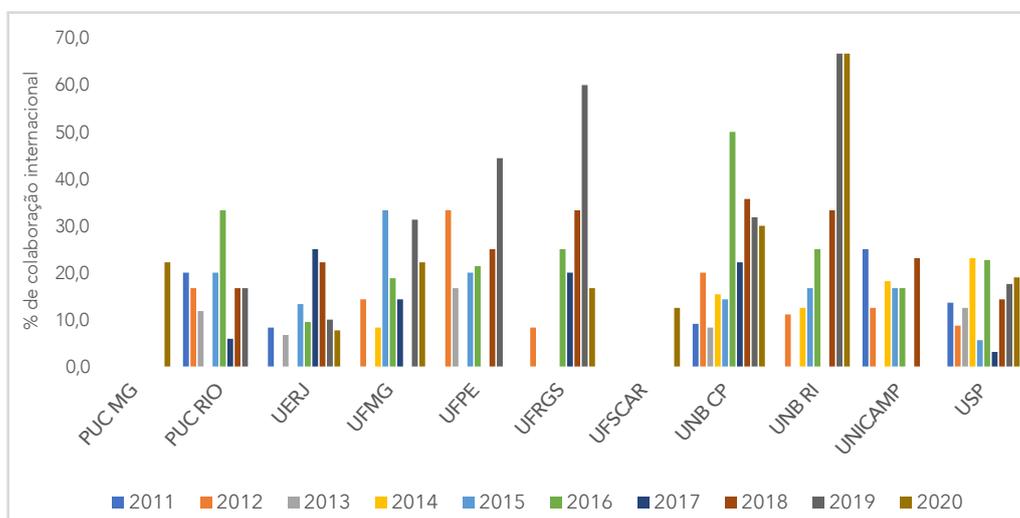
## Resultados e discussão

Foram analisadas as colaborações internacionais, considerando todos aqueles docentes com Scopus-ID ativo, de modo a verificar o percentual de artigos

<sup>4</sup> Cf.: <https://www.scival.com/landing>.

em colaboração internacional, entre todos aqueles indexados na base Scopus, e publicados entre 2011 e 2020. O Gráfico 1 apresenta esses dados. O que se pode observar é que, ao longo dos anos, houve uma tendência de oscilação expressiva na internacionalização da produção científica de cada programa, sendo que nem todos os PPGs apresentaram algum resultado ao longo do período, como foram os casos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Em tendência de alta no último ano estão os programas de RI da UnB e de CP da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Outros também apontaram crescimento na produção científica em colaboração internacional, tal como o programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**GRÁFICO 1** - Colaboração internacional (%) vs. ano de publicação, 2011-2020.



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do SciVal.

Quando se considera o indicador de forma acumulada ao longo do período, conforme a Tabela 3, destacam-se a UnB-CP, que assume o primeiro lugar, com 35 artigos com colaboração internacional, sendo seguidos pelos programas de CP da USP, com 31, e da UFMG, com 19. Já quando se observa toda a produção científica indexada nessa base, seja com colaboração nacional ou autoria individual, a USP assume a liderança com 196 artigos publicados nesse período, seguidos da UnB-CP, com 115, e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-CP), com 113. Esses números demonstram uma tendência da área para a autoria individual ou a parceria com colaboradores nacionais, como pode ser observado nos Gráficos 2 e 3. Ressalta-se que, de modo geral, esta opção por autorias individuais é comum na área de Ciências Humanas e Sociais no Brasil.

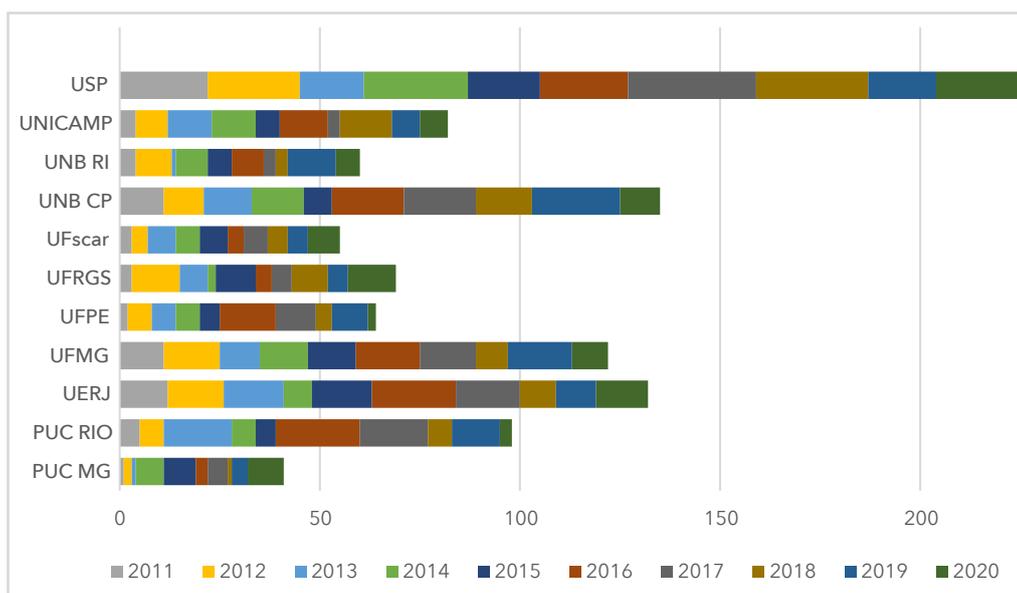
TABELA 3 - Total de artigos em colaboração internacional, nacional e individual, 2011-2020.

PPG	COLABORAÇÃO INTERNACIONAL	COLABORAÇÃO NACIONAL	AUTORIA INDIVIDUAL	TOTAL
USP	31	90	75	196
UnB-CP	35	31	49	115
UERJ	14	54	45	113
UFMG	19	26	43	88
PUC-Rio	16	6	53	75
Unicamp	10	20	30	60
UFPE	12	18	27	57
UFRGS	11	18	19	48
UnB-RI	18	8	14	40
UFSCar	1	12	19	32
PUC-MG	2	7	10	19

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SciVal.

Considerando artigos, capítulos, editoriais, resenhas, livros, *papers* em conferências, cartas e notas, e observando particularmente o impacto da produção por total de citações, a USP mantém-se no topo do ranking, seja no total produzido neste período, seja no total de citações, conforme Gráfico 2. Na sequência está o programa UnB-CP, o qual ocupa a segunda posição na produção científica mais expressiva em *journals* indexados na base e no total de citações. Já em terceiro lugar em total de citações está a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que embora não esteja figurada no topo da tabela em quantidade de publicações, assume uma posição importante ao demonstrar a relevância das pesquisas produzidas.

GRÁFICO 2 - Total de publicações por programa por ano, 2011-2020.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do SciVal.

Esses dados dos Gráficos 1 e 2 revelam que, a despeito dos investimentos e incentivos realizados na internacionalização da pós-graduação, sobretudo pela Capes, e mesmo considerando os cortes de recursos para a ciência e pesquisa durante o governo Bolsonaro, os resultados em termos de produção em colaborações internacionais variam muito entre os programas. Ainda que consideremos o que foi apontado por Cirani, Campanario e Silva (2015, p. 169), que “os programas na esfera privada de todos os níveis - doutorado, mestrado e mestrado profissional - vêm incrementando sua participação de forma significativa em todas as regiões do Brasil”, as áreas de CP e RI não tiveram crescimento expressivo na pós-graduação na esfera privada, e, por conseguinte, a internacionalização ainda ocorre nesses campos de forma muito alinhada às diretrizes do governo federal e às preferências dos PPGs. Algumas diretrizes do governo direcionam as áreas prioritárias e estratégias de internacionalização, e, conforme Paiva e Brito (2019), a Capes tem demonstrado tendência a privilegiar áreas com interface de mercado (saúde, engenharias, tecnologias etc.), de modo que as Ciências Sociais e Humanas não têm recebido incentivos no mesmo nível.

No que tange aos indicadores cientométricos, os impactos da produção científica nesses PPGs também variam consideravelmente. Na Tabela 4 é possível observar que a UnB-RI tem a maior média de citações por publicação, a despeito de ser um dos PPGs com menor quantidade de publicações no período, revelando que a qualidade e a quantidade da produção científica não necessariamente caminham juntas. Os dados comparativos da Tabela 4 também permitem verificar o alto número de publicações de acesso aberto em praticamente todos os programas.

TABELA 4 - Indicadores cientométricos das publicações indexadas no Scopus, 2011-2020.

PPG	PUBLICAÇÕES	PUBLICAÇÕES ACESSO ABERTO (%)	PROFESSORES	IMPACTO DE CITAÇÕES PONDERADO PELA ÁREA	TOTAL DE CITAÇÕES	MÉDIA DE CITAÇÕES POR PUBLICAÇÃO
USP	225	51,1	26	0,68	910	4,0
UnB-CP	135	58,5	15	1,09	645	4,8
UERJ	132	59,8	14	0,52	510	3,9
UFMG	122	65,6	16	0,67	514	4,2
PUC-Rio	98	20,4	11	1,27	526	5,4
Unicamp	82	62,2	15	0,98	603	7,4
UFRGS	69	82,6	12	0,55	299	4,3
UFPE	64	53,1	12	0,91	304	4,8
UnB-RI	60	58,3	11	1,34	468	7,8
UFSCar	55	80,0	10	0,28	122	2,2
PUC-MG	41	65,9	11	0,21	66	1,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SciVal.

Apesar da importância de produzirmos e analisarmos criticamente os indicadores cientométricos e a produção científica, reconhecemos suas limitações inerentes. Primeiro, internacionalização baseada em certas métricas pode gerar distorções

e contradições, por exemplo, subvalorização de práticas relacionadas ao ensino e à extensão em detrimento da pesquisa. Em segundo lugar, sabemos que a internacionalização tem profundo relacionamento com o idioma dos artigos e com a publicação em periódicos de grupos editoriais estrangeiros (Routledge, Elsevier, Wiley, SAGE etc.), o que pode gerar certas barreiras a quem consegue publicar e quem consegue acessar este conhecimento. Terceiro, a demanda por maior internacionalização, se não for canalizada por critérios participativos e democráticos, reconhecendo as desigualdades estruturais que permeiam a academia, pode exacerbar contradições e, certamente, aprofundar hierarquias existentes (gênero, raça, classe) e distintos níveis de investimento nas diversas regiões do Brasil (desigualdades inter-regionais) e em escala global (países desenvolvidos, em desenvolvimento e menos desenvolvidos).

Com efeito, nossos dados revelam que as preferências pelo Norte global ainda direcionam a internacionalização. No que se refere aos principais países com colaborações científicas com os PPGs analisados na amostra, os Estados Unidos é o principal parceiro de 9 dos 11 PPGs da área, sendo que nos dois PPGs que ele não se configura como o principal, está em segundo ou terceiro lugar. Outro parceiro de destaque é o Reino Unido, que assume o primeiro lugar em dois dos PPGs (PUC-Rio e UnB-RI), em segundo lugar em três, e em outros dois assume o terceiro lugar, sendo, portanto, o segundo principal parceiro entre a maioria dos PPGs.

As principais parcerias brasileiras na área estão entre Estados Unidos e Europa, sendo que, apenas em um dos casos investigados, países latinos assumem a liderança e trata-se de um PPG pouco internacionalizado no quesito produção científica, com apenas duas produções ao longo desses anos (PUC-MG). Na Tabela 5 é possível observar essa distribuição dos PPGs e os países que configuram as principais parcerias. Em alguns casos, há mais de um país figurando na mesma posição, isso se explica pelo número de produção científica com o país ser similar, não permitindo diferenciação na posição.

TABELA 5 - **Principais países para colaborações científicas internacionais, 2011-2020.**

<b>PROGRAMA</b>	<b>1° LUGAR</b>	<b>2° LUGAR</b>	<b>3° LUGAR</b>
UnB-RI	Reino Unido	Estados Unidos	Canadá
UnB-CP	Estados Unidos	Chile	Reino Unido
PUC-MG	Argentina, México	Não há	Não há
PUC-Rio	Reino Unido	Dinamarca	Alemanha, Países Baixos, Estados Unidos
USP	Estados Unidos	Finlândia/México	Argentina, Colômbia, Alemanha, Reino Unido
Unicamp	Estados Unidos	Reino Unido	França
UERJ	Estados Unidos	Alemanha, Reino Unido	Moçambique
UFRGS	Estados Unidos	Austrália, Canadá, Portugal, África do Sul	Não há
UFSCar	Estados Unidos	Não há	Não há
UFPE	Estados Unidos	Reino Unido	Colômbia, França, Alemanha
UFMG	Estados Unidos	Austrália	Espanha

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SciVal.

Dos países da América Latina com os quais os PPGs têm maior parceria, México e Argentina configuram-se como os principais, sendo Chile e Colômbia também citados entre os top 3. Esses dados demonstram a baixa diversidade de países parceiros entre os PPGs mais internacionalizados da área de Ciência Política e Relações Internacionais e corrobora o que a literatura tem apontado sobre o predomínio das parcerias com países desenvolvidos em detrimento da cooperação horizontal, o que poderia potencializar a possibilidade de desenvolvimento de teorias próprias do Sul global.

Na Tabela 6, evidenciamos as principais universidades parceiras desses programas com base na produção científica realizada em colaboração. Destaca-se, nesse caso, que nem sempre a principal universidade parceira é oriunda do principal país parceiro do programa; isso porque o principal país é identificado pela somatória da produção científica em colaboração, reunindo diferentes universidades; já no indicador universidade parceira, a somatória se dá em número de produção conjunta com a instituição. Vale destacar que essa parceria se dá por meio da resultante produção científica, não tendo sido analisados acordos, convênios e outros instrumentos de parceria que o programa possa ter desenvolvido no decorrer deste período.

TABELA 6 - Principais universidades parceiras para colaborações internacionais, 2011-2020.

PROGRAMA	UNIVERSIDADE PARCEIRA
UnB-RI	University of Waterloo
UnB-CP	Pontificia Universidad Católica de Chile
PUC-MG	Benemérita Universidad Autónoma de Puebla Universidad Nacional de La Plata
PUC-Rio	Copenhagen Business School
USP	Tampere University
Unicamp	University of California, Santa Cruz
UERJ	Freie Universität Berlin
UFRGS	Tulane University
UFSCar	University of Illinois Chicago
UFPE	Boston University
UFMG	University of Canberra

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SciVal.

No que tange às parcerias que resultaram em produção científica, outro dado que merece destaque é a identificação da dispersão das parcerias com universidades no exterior, sendo resultado provável do relacionamento do docente no exterior em caráter eminentemente *ad hoc*. Essa lógica vai ao encontro das premissas estratégicas que a Capes tem desenhado em seu estímulo à internacionalização, tal como expresso no guia de internacionalização publicado em 2021, com a proposta de contribuir para que

as instituições possam elaborar uma estratégia própria para a internacionalização dos seus Programas de Pós-graduação saindo de um modelo fragmentado e baseado em iniciativas de docentes (com caráter individual ou de grupos de pesquisa), para um desenho de internacionalização ligado ao Plano de Desenvolvimento Institucional e sua vocação principal. (Capes, 2021, p. 5)

Como os dados que trouxemos neste artigo conectam os movimentos e debates sobre a internacionalização da pós-graduação em CP e RI no Brasil com a literatura teórica de Global IR? Os pressupostos críticos da Global IR vêm sendo utilizados como insumos em políticas públicas de internacionalização do conhecimento científico produzido nessas áreas no Brasil?

Nosso estudo releva que as práticas de internacionalização dessas áreas seguem tendências destoantes, quando não contrárias, dos pressupostos da Global IR. Os indicadores e métricas privilegiados dizem respeito majoritariamente à pesquisa e às publicações em parcerias internacionais, mas são muito escassos os projetos de internacionalização de ensino e extensão, eixos importantes do conhecimento produzido no país. Além disso, os países parceiros nas colaborações e intercâmbios internacionais estão localizados principalmente no Norte global, de forma que não foram identificadas práticas de incentivo explícito à cooperação acadêmica horizontal Sul-Sul. Apesar de recente, os desenvolvimentos teóricos da Global IR têm condições de serem aplicados em políticas públicas temáticas na pós-graduação, inclusive em CP e RI no Brasil, mas isso não vem se concretizando. Conforme a literatura especializada, apesar de a Capes abrir espaço para países do Norte e do Sul em ações de internacionalização como o Capes Print, os PPGs privilegiam países do Norte (Estados Unidos, Inglaterra e países da União Europeia), quer seja porque é neles que estão a maioria dos centros científicos com maior reconhecimento internacional, quer seja porque os vínculos históricos dos PPGs têm sido com tais países, de forma que uma inflexão em direção aos países do Sul tem sido pouco perceptível.

## Conclusão

O artigo trouxe um diagnóstico da internacionalização da produção científica docente nos últimos 10 anos, avaliando programas de pós-graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais avaliados com notas 5, 6 e 7 na última quadrienal da Capes (2013-2017). No total, 11 PPGs foram analisados dentro da plataforma SciVal, que reúne a base de dados do Scopus e Science Direct, possibilitando realizar diagnósticos precisos e comparativos.

O estudo concentrou-se na avaliação de duas categorias, sendo que no âmbito das colaborações internacionais foi observado uma oscilação importante ao longo dos anos nos programas e entre eles. Coube destaque ao PPG de Ciência Política da UnB, que superou os programas nota 7, da USP e da UFMG, em número total de artigos publicados com colaboração internacional. Cabe ressaltar, porém, que o número de docentes avaliados em cada programa variou significativamente conforme disposto na lista oficial de cada um, o que naturalmente acaba por refletir um impacto nos dados finais agregados.

Já na avaliação acerca dos países e universidades parceiras, foi possível trazer duas evidências: a primeira é o predomínio dos Estados Unidos e de países da Europa como principais parceiros da maioria dos PPGs ao longo do período investigado, reforçando o diagnóstico de tendência do predomínio de perspectivas teóricas dominantes oriundas de países desenvolvidos, tendo sido atribuído pouco espaço, até o momento, para parcerias e colaborações Sul-Sul. Outro apontamento é a dispersão apresentada entre as parcerias com universidades

estrangeiras, reforçando a ideia de que as instituições têm seguido tendencialmente formatos *ad hoc*. Assim como vem sendo diagnosticado pela própria Capes, os programas ainda mantêm suas estratégias de internacionalização estruturadas no docente, sendo, portanto, pouco institucionalizadas.

Cabe destacar que esta pesquisa, embora avance na compreensão de alguns fatores que retratam a área de Ciência Política e Relações Internacionais, tem diversas limitações, que são, portanto, potenciais insumos para pesquisas futuras se debruçarem na sua compreensão. Assim, caberá observar outras bases de dados, não se limitando a Scopus, e avaliar outros indicadores analíticos que reflitam a internacionalização da pesquisa e do ensino. Assim, é possível ampliar o escopo da pesquisa e incorporar a avaliação de outros programas da área, ou interárea, o que poderá subsidiar reflexões e abstrações complementares sobre o fenômeno da internacionalização da pós-graduação no Brasil.

## Referências

- ABADÍA, A. A.; MILANESE, J. P.; FERNÁNDEZ, J. J. Reflexiones sobre el campo de las Relaciones Internacionales en Latinoamérica: una mirada a partir de las publicaciones. **Oasis**, v. 23, n. 1, p. 7-30, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18601/16577558.n23.02>.
- ACHARYA, A. Global International Relations (IR) and regional worlds: a new agenda for international studies. **International Studies Quarterly**, v. 58, n. 4, p. 647-659, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/isqu.12171>.
- ACHARYA, A.; BUZAN, B. Conclusion: on the possibility of a non-Western IR theory in Asia **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 427-438, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1093/irap/lcm017>.
- ACHARYA, A.; DECIANCIO, M.; TUSSIE, D. **Latin America in global international relations**. London: Routledge, 2021.
- ALEJANDRO, A. **Western dominance in international relations?** The internationalisation of IR in Brazil and India. London: Routledge, 2019.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión. **Revista de Ciência Política**, v. 25, n. 1, p. 101-110, 2005. DOI: <http://doi.org/10.4067/S0718-090X2005000100007>.
- AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. S. (org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- BAIR, J. *et al.* Strengthening *RIPE's* commitment to equality, diversity, and inclusion in our field. **Review of International Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 1-6, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/09692290.2021.1879456>.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.
- BARASUOL, F.; SILVA, A. R. International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 1, e005, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201600205>.

- BARBERIA, L. G.; GODOY, S. R.; BARBOZA, D. P. Novas perspectivas sobre o 'calcanhar metodológico': o ensino de métodos de pesquisa em Ciência Política no Brasil. **Teoria & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 156-184, 2014.
- CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A.; FERES, J. The gendered division of labor in Brazilian Political Science journals. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 3, p. 1-33, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100030002>.
- CARVALHO, E. S.; REAL, G. C. M. Internacionalização e seus reflexos na gestão da qualidade da pós-graduação em Educação. **Série-Estudos**, v. 25, n. 54, p. 223-241, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v25i54.1389>.
- CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. A.; SILVA, H. H. M. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação**, v. 20, n. 1, p. 163-187, 2015. DOI: <https://doi.org/10.590/S1414-40772015000500011>.
- COELHO, A. L.; SANTOS, V.; VIEIRA, A. G. A internacionalização da formação em Relações Internacionais no Brasil. **Meridiano 47**, v. 18, n. 1, e18015, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20889/M47e18015>.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Guia para plano estratégico de internacionalização institucional: pós-graduação stricto sensu*. Brasília, DF: Capes, 2021.
- DECIANCIO, M. International Relations from the South: a regional research agenda for global IR. **International Studies Review**, v. 18, n. 1, p. 106-119, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1093/isr/viv020>.
- FINARDI, K. R.; GUIMARÃES, F. F. Internacionalização, rankings e publicações em inglês: a situação do Brasil na atualidade. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 18, n. 68, p. 600-626, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18222/eaev.v28i68.4564>.
- HERZ, M. **O tratamento da segurança regional pela disciplina de Relações Internacionais**. [S. l.: s. n.], 2005.
- JATOBÁ, D.; LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. D. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- JULIÃO, T. S. A graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Monções**, v. 1, n. 1, p. 13-48, 2012.
- KRISTENSEN, P. M. International relations at the end: a sociological autopsy. **International Studies Quarterly**, v. 62, n. 2, p. 245-259, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/isq/sqy002>.
- KRISTENSEN, P. M. Southern sensibilities: advancing third wave sociology of international relations in the case of Brazil. **Journal of International Relations and Development**, v. 22, p. 468-494, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41268-017-0107-z>.
- LESSA, A. C. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, J. F. S.; CERVO, A. L. (org.). **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005. p. 33-50.

- LOHAUS, M.; WEMHEUER-VOGELAAR, W. Who publishes where? Exploring the geographic diversity of Global IR journals. **International Studies Review**, v. 23, n. 3, p. 645-669, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/isr/viaa062>.
- MADEIRA, R. M. Dinâmicas de internacionalização de carreiras dos docentes vinculados aos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ABCP, 2016.
- MADEIRA, R. M.; MARENCO, A. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 19, n. 1, p. 47-74, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220161903>.
- MARRARA, T. The internationalization of the graduate study: objectives, forms and evaluation. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, p. 245-262, 2007.
- MCMANUS, C.; NEVES, A. A. B; MARANHÃO, A. Q. Brazilian publication profiles: where and how Brazilian authors publish scientific papers. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 92, n. 2, e20200328, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0001-3765202020200328>.
- MCMANUS, C *et al.* International collaboration in Brazilian science: financing and impact. **Scientometrics**, v. 125, n. 3, p. 2745-2772, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03728-7>.
- MENDES, M. V. I. The limitations of international relations regarding MNCs and the digital economy: evidence from Brazil. **Review of Political Economy**, v. 33, n. 1, p. 67-87, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/09538259.2020.1730609>.
- MENDES, M. V. I.; FIGUEIRA, A. C. R. Women's scientific participation in Political Science and International Relations in Brazil. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, e54033, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254033>.
- MEDEIROS, M. A. *et al.* What does the field of International Relations look like in South America? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 1, e004, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201600104>.
- MOROSINI, M. C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, v. 27, n. 1, p. 93-112, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100005>.
- MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista**, v. 33, e155071, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698155071>.
- NERY, M. B. M. Science Without Borders' contributions to internationalization of Brazilian higher education. **Journal of Studies in International Education**, v. 22, n. 5, p. 371-392, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/10283153177485>.
- OLIVEIRA, J. S. **A internacionalização da educação superior nas relações internacionais do Brasil**: o caso do Programa Ciência sem Fronteiras. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

- PAIVA, F. M.; BRITO, S. H. A. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). **Avaliação**, v. 24, n. 2, p. 493-512, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000200009>.
- PERROTTA, D.; SHARPE, A. S. Foreign policy and internationalization of the scientific and university system: Argentina and Brazil (2003-2019). **Sociologias**, v. 22, n. 54, p. 88-119, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-99655>.
- RAMOS, M. Y. Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos. **Educação e Pesquisa**, v. 44, e161579, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201706161579>.
- RAMOS, L.; SCOTELARO, M. O estado da arte da Economia Política Internacional no Brasil: possibilidades para se pensar (e praticar) uma EPI a partir de baixo. **Desafios**, v. 30, n. 2, p. 127-157, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.6192>.
- ROCHA-CARPIUC, C.; MADEIRA, R. M. Desigualdade de gênero, internacionalização e trajetórias acadêmicas na Ciência Política: evidências no Brasil e no Uruguai. **Civitas**, v. 19, n. 3, p. 545-563, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33563>.
- SANTIN, D. M.; VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 30, p. 81-100, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.923>.
- SANTOS, N. B.; FONSECA, F. E. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, v. 31, n. 1, p. 353-380, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292009000200005>.
- SILVA JÚNIOR, J. R.; KATO, F. B. G. A política de internacionalização da educação superior no Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020). **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 2, n. 1, p. 138-151, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v2i1.7543>.
- TICKNER, A. B. Hearing Latin American voices in International Relations studies. **International Studies Perspectives**, v. 4, n. 4, p. 325-350, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1111/1528-3577.404001>.
- TICKNER, A. B. Latin American IR and the primacy of lo *práctico*. **International Studies Review**, v. 10, n. 4, p. 735-748, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2008.00829.x>.
- TICKNER, A. B.; WÆEVER, O. (ed.). **International Relations scholarship around the world**. London: Routledge, 2009.
- VILLA, R. A. D.; PIMENTA, M. C. B. S. Is International Relations still an American social science discipline in Latin America? **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 261-288, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912017231261>.
- WESTPHAL, A. S. The internationalization process of graduate studies in Brazil. **Cultural and Pedagogical Inquiry**, v. 5, n. 1, p. 4-13, 2013.

## Resumo

### Global IR e o debate sobre a internacionalização da Ciência Política e das Relações Internacionais no Brasil

Neste artigo, avaliamos a internacionalização da produção científica docente dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) notas 5, 6 e 7 nas áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, no período de 2011 a 2020. Foi utilizada a base de dados SciVal cujas ferramentas e indicadores de produção científica que permite análises bibliométricas comparativas por instituição, país, região, autor ou grupos de autores. Avaliamos dois indicadores: *Colaborações internacionais*, que contabiliza o número e percentual de publicações produzidas em coautoria internacional, e *Porcentagem de internacionalização*, identificando os principais países para colaborações estrangeiras. Interpretamos estes dados à luz da *Global International Relations* (Global IR), corrente teórica que debate os desafios da disseminação da ciência produzida no Sul global. Os resultados apontam que, mesmo em PPGs consolidados, a internacionalização varia consideravelmente, havendo predomínio dos Estados Unidos e da Europa como parceiros. A internacionalização permanece estruturada no docente, indicando baixa institucionalização, e os países do Sul não são foco das estratégias de internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), corroborando predileção pelos países do Norte global.

**Palavras-chave:** *Global IR; Internacionalização; Ciência Política; Relações Internacionais; Indicadores de Internacionalização.*

## Abstract

### Global IR and the debate about the internationalization of Political Science and International Relations in Brazil

In this article we evaluate the internationalization of the scientific production of the faculty from Graduate Programs qualified by CAPES with grades 5, 6, and 7 within the area of Political Science and International Relations, in the period of 2011 to 2020. We used the SciVal database whose tools and indicators of scientific production allow comparative bibliometric analyzes by institution, country, region, author, or groups of authors. We evaluated two indicators: *International collaborations*, which counts the number and percentage of publications produced in international co-authorship; and *Internationalization percentage*, identifying the main countries for foreign collaborations. We interpret these data considering Global International Relations (Global IR), a theoretical current that has debated the challenges of disseminating science produced in the global South. The results show that, even in consolidated graduate programs, internationalization varies considerably, with a predominance of the United States and Europe as partners. The internationalization remains structured by the faculty, indicating low institutionalization, and global South countries have not been the focus of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) internationalization strategies, corroborating a predilection for the countries of the global North.

**Keyword:** *Global IR; Internationalization; Political Science; International Relations; Internationalization Indicators.*

## Résumé

### **Global IR et le débat sur l'internationalisation de la Science Politique et les Relations Internationales en Brésil**

Dans cet article on évalue l'internationalisation de la production scientifique des professeurs des programmes d'Études Supérieures qualifiés par CAPES avec les classes 5, 6 et 7 dans le domaine de la Science Politique et les Relations Internationales, entre 2011 et 2020. On a utilisé la base de données SciVal dont les outils et indicateurs de production scientifique permettent l'analyse comparative bibliométrique par institution, pays, région, auteur, ou groupes d'auteurs. On a évalué deux indicateurs: *Collaborations internationales*, qui compte le nombre et pourcentage des publications produits avec des coauteurs internationales; et *Pourcentage d'internationalisation*, identifiant les principaux pays des collaborations internationales. On interprète ces données vu les *Global International Relations* (Global IR), un courant théorique qui a débattu des difficultés de diffusion de la science produite dans les pays du Sud mondial. Les résultats montrent que, même dans les programmes d'études supérieures consolidés, l'internationalisation varie considérablement, avec une prédominance des États-Unis et de l'Europe comme partenaires. L'internationalisation reste structurée par les professeurs, signe d'une faible institutionnalisation, et les pays du Sud n'ont pas fait l'objet des stratégies d'internationalisation de la Coordination pour le Perfectionnement des Personnels de l'Enseignement Supérieur (CAPES), corroborant une prédilection pour les pays du Nord mondial.

**Mots-clés:** *Global IR ; Internationalisation ; Science Politique ; Relations Internationales ; Indicateurs d'Internationalisation.*